



## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

### ATA NÚMERO 84/XII/ 2.<sup>a</sup> SL

Aos 16 dias do mês de janeiro de 2013, pelas 12:00 horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação das atas n.<sup>os</sup> 81, 82 e 83/XII;
2. Distribuição de iniciativas:- Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre a Execução do Instrumento para a Cooperação no domínio da Segurança Nuclear - Segundo Relatório - Programas de Ação Anuais de 2010 e 2011 [COM(2012)771];- Proposta de Resolução n.º 50/XII/2.<sup>a</sup> - Aprova o protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa, assinado na Praia, em 15 de setembro de 2006;
3. Conceito Estratégico de Defesa Nacional: metodologia de apreciação;
4. Requerimento do GP/PS para audição urgente do Ministro da Defesa Nacional, da Secretária de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado Adjunto e da Economia sobre os Estaleiros Navais de Viana do Castelo;
5. Outros Assuntos.

---

#### **1. Aprovação das atas n.<sup>os</sup> 81, 82 e 83/XII;**

Após declarar aberta a reunião, o Senhor Presidente, Deputado José de Matos Correia, colocou à votação as atas n.<sup>os</sup> 81, 82 e 83/XII/2SL, relativas às reuniões de 18 de dezembro e 3 e 8 de janeiro, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se nesse momento a ausência do PCP e do BE. O Senhor Presidente informou a Comissão de que enviaria cópia das atas n.<sup>os</sup> 82 e 83/XII à viúva do Senhor Coronel Marques Júnior.

#### **2. Distribuição de iniciativas:**

**- Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre a Execução do Instrumento para a Cooperação no domínio da Segurança Nuclear - Segundo Relatório - Programas de Ação Anuais de 2010 e 2011 [COM(2012)771];**



## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

### ATA NÚMERO 84/XII/ 2.<sup>a</sup> SL

**- Proposta de Resolução n.º 50/XII/2.<sup>a</sup> - Aprova o protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa, assinado na Praia, em 15 de setembro de 2006;**

O Senhor Presidente recordou que, de acordo com o procedimento aprovado pela Comissão, o escrutínio das iniciativas europeias é decidido caso a caso, pelo que colocou a questão à consideração da Comissão. O Senhor Deputado Hélder Sousa Silva (PSD) considerou ser de acompanhar o assunto em causa e informou que o seu grupo parlamentar se voluntariava para elaborar o respetivo parecer, indicando como relator o Senhor Deputado António Prôa.

De seguida o Senhor Presidente deu conta de que a Comissão de Negócios Estrangeiros tinha solicitado parecer sobre a Proposta de Resolução n.º 50/XII. O Senhor Deputado Hélder Sousa Silva (PSD) informou que o seu grupo parlamentar também neste caso se voluntariava para elaborar o respetivo parecer, indicando o Senhor Deputado Arménio Santos.

### **3. Conceito Estratégico de Defesa Nacional: metodologia de apreciação;**

O Senhor Presidente começou por fazer o ponto da situação, recordando que as Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) tinham sido entregues pelo Governo no início do mês e que a Conferência de Líderes tinha desde logo agendado o respetivo debate em Plenário para o dia 25 de janeiro.

Deu conta de terem entretanto sido tomadas iniciativas por alguns membros da Comissão, em particular pelo Senhor Deputado Hélder Sousa Silva, no sentido de transmitir ao Governo o sentir unânime da Comissão de incompreensão pelo agendamento apressado, que impossibilitaria o Parlamento e, em especial, a Comissão de analisar com cuidado o documento, como é sua obrigação e seu direito. Informou que essas *démarches* tinham tido sucesso e que a questão estaria a ser abordada na Conferência de Líderes, onde disse crer que seria definido que a Comissão de Defesa definirá a metodologia de apreciação, depois dará conta à Senhora Presidente da Assembleia do termo das diligências consideradas adequadas à apreciação do documento e só então se procederá ao agendamento do debate em Plenário.



## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

### ATA NÚMERO 84/XII/ 2.ª SL

Considerou que tal representa uma compreensão adequada por parte do Governo de qual deve ser o papel do Parlamento e da Comissão de Defesa numa matéria tão importante, ao mesmo tempo que transfere para a Comissão a responsabilidade de definir com rapidez a metodologia de apreciação de modo a abrir espaço à discussão em Plenário.

Referiu de seguida considerar que a Comissão deveria concluir o seu trabalho no prazo de um mês, um mês e meio no máximo, e elencou diversos modelos possíveis que poderão ser adotados nesta apreciação, como reuniões dedicadas ao tema, com ou sem a presença de pessoas exteriores à Comissão, colóquios, seminários ou outros. Solicitou então aos grupos parlamentares que apresentassem, com brevidade, propostas claras sobre o assunto, de modo a ser tomada uma decisão na reunião da semana seguinte, no dia 23 de janeiro.

O Senhor Deputado Hélder Sousa Silva (PSD) congratulou-se pelo facto de o Governo ter sido sensível às solicitações que fez em nome da Comissão. Sugeriu que as propostas fossem apresentadas por escrito junto dos serviços de apoio à Comissão de modo a dar tempo aos restantes grupos parlamentares para as analisarem e estarem preparados para tomar uma decisão na reunião de dia 23.

O Senhor Presidente concordou e solicitou que as propostas fossem enviadas até à véspera, dia 22. Os Senhores Deputados João Rebelo (CDS-PP) e Marcos Perestrello (PS) manifestaram igualmente a sua concordância. Não estando nesse momento presentes os representantes do PCP e do BE, o Senhor Presidente referiu que os mesmos seriam informados sobre a metodologia definida.

#### **4. Requerimento do GP/PS para audição urgente do Ministro da Defesa Nacional, da Secretária de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado Adjunto e da Economia sobre os Estaleiros Navais de Viana do Castelo;**

Usou da palavra para apresentar o requerimento o Senhor Deputado Jorge Fão (PS), que começou por lamentar que se estivesse de novo a abordar a questão do destino dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC), estando mais uma vez em causa a indefinição quanto ao seu futuro. Recordou factos anteriores, designadamente as críticas do Senhor Ministro da Defesa em junho de 2011 quanto ao passado recente



## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

### ATA NÚMERO 84/XII/ 2.ª SL

da empresa e a prestação do anterior Governo quanto à mesma e as suas declarações quanto à rapidez de decisão que o atual Governo iria ter, logo em setembro desse ano, o que não aconteceu. Recordou também outros antecedentes, como declarações do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, em novembro de 2011, garantindo encomendas da Venezuela aos ENVC no valor de 200 milhões de euros, a anunciada existência de interessados nos Estaleiros, no início de 2012, e o anúncio, em março desse ano, pelo Senhor Ministro da Defesa Nacional, de que estava tomada a decisão de reprivatização dos ENVC. Frisou que, no entanto, só em agosto foi publicado o decreto-lei fixando as condições da reprivatização e que, de acordo com as regras fixadas pelo próprio Governo, em 14 de novembro o Governo estaria em condições de tomar uma decisão, tendo o Senhor Ministro anunciado que tal aconteceria impreterivelmente até ao final do ano de 2012. Recordou as declarações sobre o processo após o último Conselho de Ministros do ano, a 27 de dezembro, e a intervenção da Senhora Secretária de Estado do Tesouro de que o mesmo tinha de ser adiado porque a Comissão Europeia tinha solicitado informações sobre um apoio que os ENVC teriam recebido do Estado entre 2006 e 2010, mas sem que se desse qualquer indicação quanto ao novo prazo de tomada de decisão. Recordou depois que o sector da reparação naval é que estava a sustentar a atividade dos Estaleiros, tendo a certificação do navio Lobo Marinho, da Madeira, construído e habitualmente reparado em Viana do Castelo, sido este ano atribuída a estaleiros sedeados nas Ilhas Canárias. Recordou ainda que em maio de 2012 foi anunciado que o processo de aquisição de aço para construção dos navios asfalteiros estava concluído, mas estes não estão a ser construídos, havendo sinais de que o contrato com a Venezuela poderá estar definitivamente comprometido.

Concluiu sublinhando ser urgente e imperioso que os principais intervenientes neste processo – o Senhor Ministro da Defesa Nacional, a Senhora Secretária de Estado do Tesouro e o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Economia – prestem esclarecimentos à Comissão para se perceber o que vai acontecer aos ENVC a curto prazo.

O Senhor Deputado Hélder Sousa Silva (PSD) começou por recordar o caso, que qualificou de «má memória», dos *ferries* Atlântida e Anticiclone e frisou a importância dos ENVC para o distrito e para o País. Considerou não ser este o momento para



## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

### ATA NÚMERO 84/XII/ 2.ª SL

fazer mais um «número de política» em relação aos ENVC e disse que a Senhora Secretária de Estado do Tesouro já deu informação pública sobre os atrasos por explicações devidas à Direção-Geral da Concorrência da União Europeia, não sendo oportuno dar pública nota dos detalhes desses esclarecimentos, nem das negociações relativas aos navios asfalteiros, sob pena de serem prejudicadas; considerou também não fazer sentido ouvir o Senhor Secretário de Estado da Economia, pois não está ligado a este processo.

Solicitou depois ao Senhor Presidente da Comissão, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, que diligenciasse junto do Senhor Ministro da Defesa Nacional no sentido da realização de uma audição na Comissão, com a máxima urgência, logo que a pública nota da situação não afete o bom andamento das negociações.

Concluiu referindo que, por esse facto, conjugado com os termos em que o requerimento é apresentado, e pondo acima de tudo o interesse nacional e dos ENVC em particular, não se justificava a aprovação deste requerimento.

Na sequência de um pedido nesse sentido do Senhor Deputado Miranda Calha (PS), clarificou que o PSD entende que o Senhor Ministro deve ser ouvido na Comissão com a máxima urgência, não sendo contudo este o momento para isso, atendendo ao ponto de situação das negociações, e que não concorda, de todo, com os termos em que o requerimento do PS está redigido; por outro lado, frisou não haver fundamento para a audição dos restantes membros do Governo referidos.

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) associou-se às palavras do Senhor Deputado Hélder Sousa Silva e recordou intervenções do Senhor Ministro da Defesa sobre a questão, no ano anterior. Disse entender que o Senhor Ministro deve ser ouvido sobre o assunto na Comissão logo que o processo de reprivatização esteja concluído, com ou sem sucesso. Chamou a atenção do PS para o facto de a audição parlamentar de um Ministro a meio de um processo de privatização não fazer qualquer sentido. Recordou, a este propósito, uma visita do CDS-PP aos ENVC a meio de processo importante e do apelo do então Secretário de Estado, hoje Deputado, Marcos Perestrello de que as declarações à saída não prejudicassem esse processo, o que foi respeitado.



## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

### ATA NÚMERO 84/XII/ 2.ª SL

Usou de seguida da palavra o Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS) que começou por lamentar a posição da maioria, pois disse entender que as maiorias devem usar a sua força para resolver os problemas e não para esconder a capacidade do Governo de os resolver, considerando que tal tem vindo a acontecer nesta Comissão. Frisou que o PS pretende contribuir para que se encontre uma solução para os ENVC e não está a solicitar nada de extraordinário, mas apenas que o Senhor Ministro venha dar os esclarecimentos que a lei lhe permita sobre a questão, que a Senhora Secretária de Estado do Tesouro, que já falou publicamente do assunto, venha explicar à Comissão as dificuldades que estão em causa e que o Senhor Secretário de Estado da Economia ajude a Comissão a entender o estado das relações de Portugal com a Venezuela neste aspeto particular. Fez algumas considerações sobre o processo de reprivatização dos ENVC, cujo regime de exceção disse não se perceber, e frisou que o PS foi assistindo, com grande sentido de responsabilidade, aos sucessivos adiamentos. O processo deveria ter sido concluído no final do ano passado, pelo que considerou muito preocupante que agora se diga que o processo está a meio.

Recordou que a principal razão para os ENVC estarem sob tutela do Ministério da Defesa terminaram no ano passado, com o cancelamento dos programas de reequipamento da Marinha. Referiu que as audições poderão ser realizadas à porta fechada e sublinhou a necessidade de se compreenderem as razões de tanta opacidade neste processo, chamando a atenção para importância do problema, do ponto de vista regional e nacional.

Disse depois que, ao contrário do que referiu o Senhor Deputado Hélder Sousa Silva, o PS não está a fazer um qualquer «número político» à volta de um problema tão sério e chamou a atenção para a necessidade de haver responsabilidade de todos os envolvidos e de o Governo prestar contas do que está a fazer.

Recordou, por outro lado, que noutros processos de privatização, como o da ANA e o da TAP, houve audições parlamentares dos responsáveis políticos, foi sendo dada alguma informação e os processos não foram conduzidos com esta opacidade.

Como tal, apelou aos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP para que reponderassem a sua posição e frisou que o PS tem o maior interesse na resolução do problema dos ENVC. Disse que, embora o modelo por que o Governo optou não seja, do seu ponto de vista o melhor, sendo preferível um modelo semelhante ao adotado para a OGMA, o importante é garantir a viabilização da empresa. Lembrou que nos



## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

### ATA NÚMERO 84/XII/ 2.ª SL

últimos dois anos os ENVC perderam contratos sem terem conseguido novos e considerou que todos têm de contribuir para se encontrar uma solução, o que será mais fácil se se conseguir gerar um consenso à volta da questão.

De seguida, disponibilizou-se para reformular o requerimento, para as audições terem lugar à porta fechada e para alterar a ordem das audições propostas, começando pelo Secretário de Estado da Economia, que, como responsável pelas relações externas na área económica, poderá ter uma perspetiva importante sobre a questão, depois a Secretária de Estado do Tesouro, pois o Ministério das Finanças tem uma palavra muito importante a dizer nesta matéria, e só depois o Ministro da Defesa, altura em que talvez já se esteja perto de uma solução. Apelou de novo aos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP para que reponderassem a sua posição e manifestou toda a abertura do seu grupo parlamentar para contribuir para encontrar uma solução consensual, mas frisando que tal não será possível se não tiverem informação.

O Senhor Deputado Joaquim Ponte (PSD) referiu que a posição do seu grupo parlamentar, em que é acompanhado pelo do CDS-PP, é de enorme responsabilidade no sentido de resolver o problema dos ENVC e de não acrescentar mais problemas aos já existentes e é no sentido de afastar polémicas à volta de um problema sério que já estava criado e vem da responsabilidade do Governo anterior. Considerou não haver qualquer opacidade mas a discrição necessária num processo complexo e que tem em vista não tornar a situação ainda mais penosa, fazendo como o Governo do PS se propunha fazer, que implicava dispensar 400 trabalhadores. Disse que o que pretendem é encontrar uma solução que divirja profundamente da que foi proposta pelo anterior Governo e que assegure os postos de trabalho. Como tal, frisou serem contra todo o «ruído» e os «números políticos» à volta da questão e por isso mantinham a posição de votar contra o requerimento.

Usou depois da palavra o Senhor Deputado José Lello (PS), que fez algumas considerações sobre as intervenções anteriores e sublinhou que os ENVC constituem um ativo estratégico da economia portuguesa, mas são sobretudo os postos de trabalho de 700 trabalhadores e suas famílias e uma empresa fundamental para a região. Considerou que o Senhor Ministro da Defesa falhou neste processo e tem de



## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

### ATA NÚMERO 84/XII/ 2.ª SL

prestar contas nesta Comissão. Lembrou que os Deputados representam os eleitores e têm de estar em condições de lhes responderem – é-lhes constitucionalmente exigido que o façam. Concluiu dizendo que negar à Comissão informação vital para o cumprimento dos mandatos dos Deputados e eximir o Senhor Ministro de prestar esclarecimentos sobre uma questão que ele próprio já anunciou como resolvida não faz parte do que esperaria de um partido com a responsabilidade do PSD.

Usaram de novo da palavra sobre a questão os Senhores Deputados Joaquim Ponte (PSD) reiterando a posição anteriormente manifestada, e Jorge Fão (PS), que reforçou a proposta alternativa apresentada pelo Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS), no sentido de alterar a ordem das audições e de as mesmas poderem ter lugar à porta fechada e apelou à alteração da posição dos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP).

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) considerou que as audições propostas pelo Grupo Parlamentar do PS fazem todo o sentido. Considerou que o argumento de as audições parlamentares prejudicarem o processo de negociação não colhe, pois podem ser realizadas à porta fechada, nos termos do Regimento e do Regulamento da Comissão. Como tal, a não ser que algum Deputado presente tivesse algum interesse particular no assunto, o que disse crer não ser o caso, sublinhou não ver por que razão as audições podem prejudicar as negociações. Fez ainda algumas considerações sobre o assunto, lembrando anteriores audições do Senhor Ministro em que o mesmo se mostrava muito otimista quanto ao futuro dos Estaleiros.

Frisou considerar que a Assembleia, e em particular a Comissão de Defesa, que tem acompanhado este assunto, tem todo o direito de ser informada pelo Governo sobre o ponto da situação relativamente aos ENVC, tendo em conta a importância dos mesmos para a região, para as indústrias de defesa e para o País. Concluiu referindo que o seu grupo parlamentar compreendia mal que o requerimento fosse rejeitado.

O Senhor Presidente colocou então à votação o requerimento do GPPS, o qual foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP e os votos a favor do PS e do CDS-PP. Também a proposta alternativa apresentada pelo GPPS foi submetida à votação e rejeitada, com a mesma votação.





## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

### ATA NÚMERO 84/XII/ 2.ª SL

De seguida, atendendo à solicitação que lhe fora dirigida pelo Grupo Parlamentar do PSD no sentido de contactar o Senhor Ministro da Defesa Nacional com vista a uma audição sobre o assunto logo que o processo de privatização esteja concluído, o Senhor Presidente esclareceu que para tal precisaria da aquiescência da Comissão ou de que fosse apresentada formalmente como uma proposta e submetida à votação.

O Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS) declarou que o seu grupo parlamentar não dava aquiescência à sugestão por considerar a mesma inútil.

O Senhor Deputado Joaquim Ponte (PSD) apresentou oralmente, em nome do seu grupo parlamentar, uma proposta no sentido de o Senhor Presidente contactar o Senhor Ministro com vista ao agendamento de uma audição sobre o assunto quando o processo de privatização estiver concluído, ou antes disso, se o Senhor Ministro entender que tal não prejudica as negociações.

Submetida à votação, a proposta oral do GPPSD foi aprovada, com os votos a favor do PSD e do CDS-PP e os votos contra do PS e do PCP.

Usou então da palavra o Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS) para propor oralmente a realização de uma visita da Comissão aos ENVC, preferencialmente até final de janeiro e no mais tardar em fevereiro, solicitando que a mesma fosse colocada à votação.

O Senhor Presidente considerou que esta nova proposta do GPPSD não se enquadrava na ordem do dia fixada pelo que necessitava da aquiescência de todos os grupos parlamentares que integram a Comissão para a colocar à discussão e votação; não estando presente o GPBE, considerou que não poderia aditar um ponto à ordem de trabalhos. Clarificou entender que se tratava de uma proposta distinta da que tinha sido agendada, ao contrário do que acontecia com a proposta oral do GPSD pois esta tratava igualmente da audição do Senhor Ministro da Defesa sobre o mesmo assunto.



## **COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL**

### **ATA NÚMERO 84/XII/ 2.<sup>a</sup> SL**

O Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS) manifestou a sua discordância da posição do Senhor Presidente, mas solicitou o agendamento da sua proposta de realização da visita aos ENVC para a próxima reunião da Comissão, o que mereceu a concordância do Senhor Presidente.

Não havendo outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 13:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 de janeiro de 2013.

**O PRESIDENTE**

**(JOSÉ DE MATOS CORREIA)**



## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

### ATA NÚMERO 84/XII/ 2.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe  
Arménio Santos  
Correia de Jesus  
Hélder Sousa Silva  
João Gonçalves Pereira  
João Rebelo  
Joaquim Ponte  
José de Matos Correia  
José Lello  
Marcos Perestrello  
Miranda Calha  
António Prôa  
Jorge Fão

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Braga  
Hugo Lopes Soares  
João Soares  
Luís Vales  
Mariana Aiveca  
Mónica Ferro  
Odete João  
Pedro do Ó Ramos  
Rosa Maria Bastos Albernaz

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carina Oliveira